

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Estudo mostra que, de janeiro a agosto, ocorreram dois casos de agressão por hora. Alguns acabaram em morte. Quem escapa do fim trágico consegue refúgio nos centros da Secretaria da Mulher

Um ano marcado por tragédias

» GABRIELLA FURQUIM

Adrianne, Fernanda, Tatiana, Benilde. Essas são algumas das mulheres que foram mortas este ano, no Distrito Federal, pelas mãos do então companheiro ou do ex. Os casos de violência marcam 2013 e provocaram comoção, como a morte da vendedora assassinada a facadas pelo ex-marido na loja em que trabalhava (veja Memória). Constantemente ameaçada pelo marido, Júlia*, 24 anos, acreditava que o seu destino seria semelhante. “Eu rezava para que eu ou ele morresse e acabasse o sofrimento. Acreditava que a morte era única saída, que era o meu destino”, contou. Há menos de um mês, ela foi agredida pela última vez. “Ele jogou o celular na minha cabeça, começou a sangrar. Eu fugi com o meu filho e estou aqui, viva. Descobri que existe saída: denunciar”, contou.

A cada hora, dois casos de violência doméstica são registrados, em média, nas delegacias do DF. Um estudo da Secretaria de Segurança Pública apontou que ocorreram 10.095 episódios de agressão contra a mulher entre janeiro e agosto deste ano, número superior aos 9.435 registros no mesmo período do ano passado. As ameaças representam a maioria dos casos, 52,2%, seguidas por injúrias e lesões corporais. As regiões administrativas com maior número de registros são: Ceilândia, com 16,1% (1.629 registros), Planaltina, 8,6% (873), Gama, 6,8% (685), Samambaia, 6,5% (658), Taguatinga, 6,4% (644), e Brasília, 5,6% (566).

Acolhimento

Após registrar ocorrência na delegacia, Júlia foi levada para a Casa Abrigo, onde mulheres vítimas da violência são acolhidas e orientadas por psicólogos e advogados. “Eu não sabia que existia um lugar que poderia me acolher. Minha família dava razão para o meu marido, dizia que eu devia obedecê-lo. Não tenho dinheiro, ele nunca me deixou trabalhar. Mas estou segura, estou me recuperando”, contou. Entre janeiro e setembro de 2013, 232 pessoas, entre mulheres, crianças e adolescentes, foram atendidas no local, que não tem o seu endereço divulgado para manter as famílias

distantes dos agressores.

“Estou aprendendo a sonhar. Fico olhando a rua, os ônibus e os carros passando, e penso: ‘Eu sou livre’.” Há pouco mais de um mês, Ana*, 46 anos, decidiu colocar um ponto final no relacionamento de 25 anos. Ela enfrentava uma rotina de humilhações, ameaças e agressões. “Comecei a concordar com o que ele dizia sobre mim, que eu não era nada, não era ninguém. Achava que eu estava errada.” Quando pensava em fugir, Ana percebia que não tinha dinheiro nem mesmo para pegar o ônibus até a delegacia. “Era assim que ele me controlava”, completou ela, que está há cerca de um mês na Casa Abrigo.

Assim como Ana, muitas mulheres encontram dificuldades para romper a rotina de violência por conta da dependência financeira. “Quase sempre, as mulheres vítimas de violência doméstica são subjugadas, fragilizadas. É uma das questões que nós tentamos trabalhar quando elas chegam às unidades de atendimento. Geralmente, tentamos incluí-las em políticas públicas que já existem, mostramos opções de cursos e benefícios”, explica a secretária da Mulher, Olgamir Amancia.

Independência

Para a economista, professora da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Instituto de Pesquisa Aplicada da Mulher (IPAM) Tânia Fontenelle, investir na independência econômica das mulheres vítimas de violência é fundamental. “A inserção delas no mercado de trabalho é importantíssima para que vençam o estado de completa fragilidade”, afirmou.

Dois projetos de lei que visam aperfeiçoar a Lei Maria da Penha aguardam votação na Câmara dos Deputados. O primeiro (PL 6.296/2013, do Senado) garante auxílio financeiro de até seis meses para mulheres que precisem se afastar do local de trabalho por serem vítimas de violência. Já o PL 5976/2013 (do deputado Márcio Macêdo, do PT-SE) inclui as vítimas de violência doméstica entre os beneficiários com prioridade de acesso ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

* Nomes fictícios

